

Quando eu disse que nenhuma colega me procurou, eu quis dizer que nenhuma colega me procurou querendo melhorar o projeto. As que me procuraram, pediram para retirar o projeto. Para não ser grosseira, a deputada Analice e a deputada Carla disseram que estavam dispostas a sentar para fazer sugestões. As demais solicitaram a retirada do projeto. Eu não vejo isso como um chamado para o diálogo, eu vejo isso como algo um tanto quanto autoritário. As que vieram, eu digo.

Então, assim, estou aberta à discussão. Solicitei as sugestões, ainda que sejam para incluir emendas, incluir palavras, incluir dizeres na placa que eu estou pedindo para ser colocada nas maternidades, mas eu não retirarei o projeto, porque acredito que desse projeto dependem vidas de crianças e de mulheres.

É isso. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão. Boa noite a todos.

Está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 34 minutos. \*\*\*

## 6 DE JUNHO DE 2019 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** GILMACI SANTOS e CAUÊ MACRIS  
**Secretaria:** PAULO LULA FIORILO, HENI OZI CUKIER, GIL DINIZ, CARLA MORANDO e DRA. DAMARIS MOURA

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - PAULO LULA FIORILO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Indefere o pedido de levantamento da sessão solicitado pelo deputado Paulo Lula Fiorilo.

4 - PAULO LULA FIORILO

Retoma a discussão sobre a CPI da Dersa. Lembra o debate realizado sobre as obras do trecho norte do Rodoanel. Menciona matéria, hoje, na "Folha de S. Paulo", afirmando que a empresa contratada pela Dersa para fiscalizar as obras, recebeu orientação da própria estatal para não fazer a fiscalização. Questiona até quando a base governista irá impedir que a Dersa seja investigada. Discorre sobre dificuldades enfrentadas pelos moradores das cidades do Vale do Ribeira, região que apresenta o pior índice de IDH do Estado.

5 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Lê o artigo 106 do Regimento Interno para esclarecimentos a respeito do levantamento da sessão.

6 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, afirma que com o acordo de lideranças a sessão poderia ter sido suspensa. Rebate o pronunciamento do deputado Gilmaci Santos.

7 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Esclarece a dúvida a respeito do levantamento da sessão.

8 - SARGENTO NERI

Para comunicação, discorre sobre assuntos discutidos com o governador João Doria em reunião ocorrida nesta Casa. Agradece ao governador pelo pagamento de indenização à família do cabo Fernando, morto em maio deste ano. Informa que o governador sinalizou que a Polícia Militar de São Paulo será a mais bem paga do País, com o início deste trabalho programado para o segundo trimestre de 2019.

9 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, reconhece o erro em seu pronunciamento, referente à solicitação de levantamento da sessão.

10 - PAULO LULA FIORILO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h43min.

#### ORDEM DO DIA

12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min. Coloca em discussão requerimento, da deputada Janaina Paschoal, de urgência ao PL 435/19.

13 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita verificação de presença.

14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando verificado quórum.

15 - PAULO LULA FIORILO

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19 (aparteado pela deputada Janaina Paschoal).

16 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, justifica defesa do direito da mulher de escolher o tipo de parto ao qual se submeterá. Assevera que não pretende impor a cesareana.

17 - CAUÊ MACRIS

Solicita à plateia comportamento regimental.

18 - EMÍDIO LULA DE SOUZA

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19 (aparteado pelas deputadas Marina Helou e Janaina Paschoal).

19 - FREDERICO D'AVILA

Para comunicação, anuncia a visita de autoridades de Avaré.

20 - TEONILIO BARBA LULA

Para comunicação, defende a liberdade parlamentar de obstruir projetos pautados.

21 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Endossa o pronunciamento do deputado Teonílio Barba.

22 - BARROS MUNHOZ

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19.

23 - LETICIA AGUIAR

Para comunicação, justifica apoio ao requerimento de urgência ao PL 435/19.

24 - GILMACI SANTOS

Anuncia a visita do deputado federal Junior Bozzella.

25 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19 (aparteado pela deputada Janaina Paschoal).

26 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita verificação de presença.

27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando verificado quórum.

28 - ED THOMAS

Para comunicação, enaltece a relevância do debate realizado hoje. Comenta a insuficiência de vagas em hospitais.

29 - GIL DINIZ

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19 (aparteado pelos deputados Conte Lopes e Carla Morando).

30 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

31 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, lamenta a obstrução a requerimentos de urgência.

32 - TEONILIO BARBA LULA

Para comunicação, reitera o direito regimental de obstruir proposições.

33 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19 (aparteado pelo deputado Carlão Pignatari).

34 - MARINA HELOU

Discute o requerimento de urgência ao PL 435/19 (aparteado pelo deputado Teonílio Barba).

35 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca sessão ordinária a ser realizada dia 07/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, 10 minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão O Sr. Gilmaci Santos.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Paulo Fiorilo para ler a resenha do expediente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pois não, Sr. Presidente.

"Indico, nos termos do Art. 159 do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Governador do estado que determine aos órgãos competentes a elaboração de estudos e a adoção de providências visando à liberação de recursos para investimento de infraestrutura em vários bairros do município de Itapevi." Lído, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, nobre deputado Paulo Lula Fiorilo. E já convocamos V. Exa. para a tribuna para fazer uso do Pequeno Expediente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, se houver acordo das lideranças, eu queria sugerir o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Nobre deputado, esta Presidência não concorda com esse pedido de Vossa Excelência. Então, nós vamos seguir aqui o nosso Pequeno Expediente. Tem V. Exa., então, o tempo regimental no Pequeno Expediente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, assessoria das bancadas. Quero aproveitar o Pequeno Expediente, deputado Sargento Neri, para retomar a discussão sobre a CPI da Dersa. Tenho certeza de que o Sargento Neri vai, junto com a bancada do PT e outras bancadas, cerrar fileiras para que a gente possa aprovar. Por que estou falando isso? Já trouxe o debate, aqui, sobre a situação do trecho norte, publicada nos jornais de grande circulação da cidade. E hoje a gente depara com mais uma denúncia, publicada no jornal "O Estado de S. Paulo", assinada pelo jornalista Fábio Leite.

Diz a manchete: "consórcio cita 'orientação contra fiscalização de obra'". Sabe o que significa isso? Eu vou ler, porque o líder do Governo às vezes tem dificuldade de ler a matéria, então eu vou ajudar, Sr. Presidente. "Um consórcio responsável por fiscalizar a execução das obras do Rodoanel Norte em São Paulo afirmou, em documento enviado à Dersa no final de 2018, que recebeu 'orientação da própria estatal para não participar das medições dos serviços feitos pela empreiteira na construção'. São as medições que atestam o que realmente foi executado em uma obra viária e servem de base para o pagamento mensal feito à construtora."

Sabe o que significa isso? Que a empresa que a Dersa contratou para fiscalizar o que foi executado não fiscalizava, por orientação da própria empresa. Isso é inadmissível. Isso aqui é a demonstração cabal do envolvimento de quadros do PSDB, de funcionários a serviço do PSDB no desvio e no roubo do recurso público. Até quando nós vamos evitar que uma CPI investigue as mazelas do governo do PSDB? Até quando nós vamos tentar postergar que se coloque em debate o que há de mais grave, que é a drenagem de recurso público para o bolso de políticos e para o bolso de funcionários ligados ao PSDB?

Sabe o que significa isso, Sargento Neri? Significa não ter aumento para os servidores públicos. Significa ter escolas de péssima qualidade, Saúde de péssima qualidade, significa ter serviço de péssima qualidade, enquanto recursos são drenados para o bolso do PSDB.

Não adianta o líder do Governo vir aqui esbravejar que não é isso, que não é aquilo. Hoje tem uma notinha no "Painel da Folha". Sabe pedindo o quê? Se o governador Alckmin e se o governador Serra não sabiam das mazelas. Isso aqui tem nome e sobrenome. Isso aqui é a guerra interna do PSDB entre Doria, Alckmin e Serra. Está na cara. Está escrito. Não precisa nem ler.

Aí, o que a gente têm? O estado, em especial o Vale do Ribeira, sofrendo barbaramente com as chuvas. As estradas estão intransitáveis. Quem conhece região do Vale sabe das preocupações que têm os moradores que precisam se locomover entre Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga. É uma situação calamitosa.

Tivemos a oportunidade de falar com o secretário Marco Vinholi, que se empenha muito em ajudar aquela região. Falamos com a Defesa Civil, falei com o DER, a gente tem conversado com os órgãos públicos, para tentar ajudar os prefeitos da região do Alto Vale. São cinco prefeituras que estão vivendo uma situação trágica.

Aliás, hoje a TV Globo mostrou uma reportagem sobre a situação de alagamento das ruas de Ribeira, que estão ali ao longo do Rio Ribeira. É inadmissível que isso continue. Aliás, queria dar uma outra informação. A Santa Casa de Eldorado, a cidade do presidente, corre o risco de ser fechada. Os moradores estão em polvorosa, porque não há saída, por um pedido que a Justiça já deu de venda do prédio da Santa Casa.

É preciso que esta Assembleia possa olhar para essa região. Conversei com a secretária Patrícia Ellen, do Desenvolvimento Econômico, que se mostrou muito preocupada, quer fazer um debate com os prefeitos do Alto Vale, inclusive para poder discutir como é que é possível pensar o desenvolvimento econômico para aquela região.

É uma região que tem possibilidades muito grandes, mas, infelizmente, tem o pior IDH do estado, e Assembleia pode contribuir com esse debate, deputado Madalena, que conhece muito bem o interior, que conhece as rodovias e as vicinais do nosso Estado sabe que aquelas que foram privatizadas podem estar em boas condições, mas as que são vicinais, em especial no Vale do Ribeira, estão em péssimas condições. Então nós precisamos fazer um esforço grande.

Sr. Presidente, eu queria encerrar dizendo que o caixa do governador continua com 32 bilhões de reais, o que poderia ser utilizado para ajudar no desenvolvimento regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputado Paulo Lula Fiorilo. Também até para responder V. Exa., o Art. 106 do Regimento Interno diz o seguinte, Sr. Deputado.

"A sessão da Assembleia será levantada antes de finda a hora a ela destinada, nestes casos:

I - tumulto grave;

II - em homenagem à memória dos que falecerem no exercício do mandato de Presidente ou Vice-Presidente etc.

III - quando presente menos de um quarto de seus membros; são 24 deputados.

IV - por acordo das Lideranças em Plenário e aceitação do Presidente."

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, o senhor é uma pessoa muito antenada ao regimento, assim como eu, e o item anterior que o senhor leu diz que "havendo acordo de lideranças", e havia acordo de lideranças. O único líder presente era eu. Portanto, eu concordava em suspender a sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - "Acordo das Lideranças em Plenário e aceitação do Presidente".

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então, mas não é uma só condição, e nem é excludente. O senhor leu? São várias as possibilidades, e a anterior ao presidente é acordo de lideranças. O único líder. Não é "e", é "ou".

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - "E aceitação do Presidente". Não é "ou", "e" aceitação. Não é "ou".

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O único líder presente aqui naquele momento era este vereador, que é vice-líder.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - "Este vereador", não. "Este deputado". E este presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Portanto, havia acordo com o líder em plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu sempre gosto de aprender com o senhor. O senhor é um leitor assíduo desse Regimento.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - E eu estou aprendendo muito mais com Vossa Excelência. Com a palavra o nobre deputado Sargento Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - PARA COMUNICAÇÃO - Para uma Comunicação, presidente. Presidente, saí agora da reunião com o governador. Estou indo para a cidade de Araçatuba. Vou lá visitar os amigos.

Mas quero falar para o pessoal da PEC 2 - está ali o Barreto - que entreguei em mãos para o governador para que ele estude e trabalhe essa diferença de 30% do segundo tenente para o primeiro tenente. Também pedi, ao governador, através desse office, sobre os remanescentes dos concursados para aluno oficial, que é o Edital 3/321, de 2018. Ele sinalizou que verá com carinho.

Quero também dizer, aos agentes penitenciários AEPV, que o governador sinalizou a contratação desses. Porém, ainda não tem a quantidade de contratados. Quero agradecer ao governador, presidente. Porque, na última reunião - o senhor estava presente - ele prometeu que pagaria a indenização para a família do cabo Fernando, policial da Rota.

Fui o primeiro deputado a vir na tribuna e falar sobre isso. Ele cumpriu a promessa. Na data de hoje foi paga a indenização à família do Fernando. Então quero agradecer ao governador. Porque nenhum governador havia tido esse carinho com a família policial militar. É claro que temos certeza que ele vai cumprir o prometido. Até porque estamos fazendo um trabalho de cobrança a ele, para que ele cumpra.

Sinalizou, novamente, que a nossa Polícia será a mais bem paga. E, no segundo trimestre de 2019, irá começar esse trabalho. Então fico feliz pela reunião. A reunião foi produtiva e foi muito boa. Espero que ele consiga fazer esse trabalho. Só de ele pagar a indenização para a família do cabo, já nos deixa numa situação confortável e feliz.

Obrigado, presidente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Pela ordem, o nobre deputado Paulo Lula Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, como deputado estadual, quero reconhecer que o artigo não é "ou", mas é "e". E o senhor, como eu tinha dito, pode negar o pedido das lideranças. E queria pedir para suspender a sessão até as 16 horas e 30 minutos. O senhor tem acordo, concordância?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Há acordo? Havendo acordo no plenário, suspendemos a sessão até as 16 horas e 30 minutos. Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 14 horas e 43 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para falar pelo Art. 82, pela liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, eu já iniciei a Ordem do Dia.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Toca em frente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há sobre a mesa requerimento de urgência ao PL nº 435/2019, de autoria da nobre deputada Janaina Paschoal. Para falar a favor pelo tempo remanescente, deputado Rafael Silva. Ausente. Para falar contra, o nobre deputado Paulo Lula Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Desculpe, Sr. Presidente, eu vou falar contra o quê?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Contra o requerimento de urgência do PL nº 435/2019.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Atendendo à importância e ao tamanho desse debate, quero pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Convido o nobre deputado Gil Diniz e o nobre deputado Heni Ozi Cukier para auxiliarem esta Presidência na verificação de presença.

\*\*\*

- É iniciada a chamada.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, agradeço ao deputado Gil Diniz e ao deputado Heni. Neste momento, devolvo a palavra ao orador na tribuna, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, pessoal que acompanha essa questão do projeto em pauta, para que a gente discuta a necessidade ou não da urgência, telespectadores da TV Assembleia, assessorias das bancadas, desde ontem, a Assembleia discute se devemos colocar o projeto em tela em regime de urgência ou não.

Eu tenho uma posição contrária a isso e vou explicar o porquê, até para poder contribuir com o debate e termos aqui mais tempo para amadurecer essa discussão e entendermos os grandes entraves que esse projeto traz na discussão, em especial, do parto humanizado.

Para isso, eu gostaria de lembrar aqui que, em 2015, o então deputado, ex-vereador Carlos Bezerra Jr., do PSDB, apresentou um projeto de lei em 2013, e o teve aprovado, que "assegura o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos públicos de saúde do estado e dá outras providências".

Começa com o Art. 1º: "Toda gestante tem direito a receber assistência humanizada durante o parto nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado.

Para os efeitos desta lei, ter-se-á por parto humanizado, ou assistência humanizada ao parto, o atendimento que:

I - não comprometer a segurança do processo, nem a saúde da parturiente ou do recém-nascido;

II - só adotar rotinas e procedimentos cuja extensão e conteúdo tenham sido objeto de revisão e avaliação científica por parte da Organização Mundial da Saúde - OMS ou de outras instituições de excelência reconhecida;

III - garantir à gestante o direito de optar pelos procedimentos eletivos que resguardam a segurança do parto e lhe propiciem maior conforto e bem-estar, incluindo procedimentos médicos para alívio da dor.

Art. 3º - São princípios do parto humanizado ou da assistência humanizada durante o parto:

I - a harmonização entre segurança e bem-estar da gestante ou parturiente, assim como do nascituro;

II - a mínima interferência por parte do médico;

III - a preferência pela utilização dos métodos menos invasivos e mais naturais;

IV - a oportunidade de escolha dos métodos natais por parte da parturiente, sempre que não implicar risco para sua segurança ou do nascituro;

V - o fornecimento de informação à gestante ou parturiente, assim como ao pai sempre que possível, dos médicos e procedimentos eletivos.

Art. 4º - Diagnosticada a gravidez, a gestante terá direito à elaboração de um Plano Individual do Parto, no qual deverão ser indicados:

I - o estabelecimento onde será prestada a assistência pré-natal, nos termos da lei;

II - a equipe responsável pela assistência pré-natal;

III - o estabelecimento hospitalar onde o parto será preferencialmente efetuado;

IV - a equipe responsável, no plantão, pelo parto;

V - as rotinas e procedimentos eletivos de assistência ao parto pelos quais a gestante fizer opção".

Nós temos uma lei sancionada em 2015 que me parece ser suficiente e abrangente para dialogar com todas as preocupações que estão colocadas nesse debate. Agora, mais do que isso, votar a urgência significa impedir a possibilidade neste momento de um debate mais amplo, como disse o deputado Emídio de Souza, com áreas médicas que possam contribuir com essa discussão, até para que a gente possa neste plenário decidirmos com clareza, com informação, com precisão científica e com o esclarecimento legal.

Evitar a decisão hoje de urgência significa poder criar esse procedimento. Aliás, é um procedimento que nós defendemos em várias áreas, em vários setores, em vários projetos de lei que tramitam por esta Assembleia Legislativa. Por exemplo, os do governador, que vêm como um cheque em branco que a gente propõe que faça debate, que traga os técnicos, que se ouça os secretários, mas nem sempre o Governo nos ouve, até porque nem sempre o Governo tem interesse de ouvir.

Mas nesse caso a Assembleia tem maturidade para fazer isso. Podemos chamar os especialistas, vamos promover uma audiência pública, vamos ouvir as partes, vamos ouvir as interessadas, vamos ouvir as mulheres pobres e as mulheres ricas. Não temos problema com isso. Vamos trazer quem de fato tem que passar por uma opção de um parto humanizado, de um parto natural, de uma cesárea.

Vamos ouvir, não custa. Eu acho que é fundamental para a decisão que nós vamos tomar, porque isso sim significa democratizar o debate. E um debate que é polêmico nesse momento e que pode, quem sabe com a discussão, chegarmos a uma conclusão que a lei de 2015 dá conta dessas questões colocadas.